

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2025

Dispõe sobre as diretrizes, etapas e cronograma para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).

A Secretária Municipal de Educação de Gravatá, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando:

- A necessidade de elaboração do planejamento estratégico da educação municipal para os próximos 10 (dez) anos;
- A obrigatoriedade legal de elaboração e revisão periódica do Plano Municipal de Educação, conforme previsto no artigo 8º da Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE);
- A importância da participação democrática e da escuta da sociedade civil na construção de políticas públicas educacionais;

RESOLVE:

Art. 1° - Do Objeto

Esta Instrução Normativa estabelece as diretrizes, etapas, estrutura organizacional e cronograma para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de [Nome do Município], com vigência de 10 (dez) anos, alinhado às metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE).

Art. 2° - Dos Fundamentos Legais

A elaboração do PME observará os seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº 9.394/1996);
- Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei nº 8.069/1990);
- Plano Nacional de Educação
- Diretrizes Curriculares Nacionais e demais normativas educacionais vigentes.

Art. 3° – Dos Princípios Orientadores

O PME será elaborado com base nos seguintes princípios:

I – Universalização do acesso à educação básica com qualidade social; II – Valorização dos profissionais da educação; III – Gestão democrática da educação pública; IV – Inclusão, equidade e respeito à diversidade; V – Participação da sociedade civil na formulação das políticas educacionais; VI – Promoção da articulação entre os entes federativos.



Art. 4º - Da Comissão Coordenadora

§1º - Fica instituída a Comissão Coordenadora do PME, responsável pela condução técnica e política do processo de elaboração.

§2º - A Comissão será composta por representantes da:

- Secretaria Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Tutelar;
- Instituições de ensino públicas e privadas;
- Sindicato dos profissionais da educação;
- Associações de pais e mestres;
- Sociedade civil organizada.
- §3° A Comissão poderá constituir grupos temáticos de trabalho para subsidiar a elaboração das metas e estratégias.

Art. 5º - Das Etapas de Elaboração

O processo de elaboração do PME seguirá as seguintes etapas:

I – Constituição da Comissão Coordenadora; II – Formação dos grupos temáticos e capacitação dos membros; III – Diagnóstico da realidade educacional municipal; IV – Estudo das metas e estratégias do PNE e do Plano Estadual de Educação; V – Realização de audiências públicas e escutas da comunidade escolar; VI – Redação preliminar do PME; VII – Validação do documento pela sociedade civil; VIII – Encaminhamento do projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 6º - Do Cronograma de Ações

Etapa	Período
Constituição da Comissão Coordenadora	15 a 30 de setembro de 2025
Formação e capacitação dos grupos temáticos	14 a 25 de outubro de 2025
Diagnóstico da realidade educacional	26 a 01 de novembro de 2025
Estudo das metas do PNE e do Plano Estadual	2 a 12 de novembro de 2025
Audiências públicas e escutas da comunidade	12 a 30 de novembro de 2025
Redação preliminar do PME	2 a 20 de dezembro de 2025
Validação do documento	22 a 31 dezembro de 2025
Encaminhamento à Câmara Municipal	até 15 de janeiro de 2026

Art. 7º - Das Disposições Finais

§1º - A Secretaria Municipal de Educação prestará apoio técnico e logístico à Comissão Coordenadora.



§2º - O processo de elaboração do PME será amplamente divulgado nos meios oficiais e canais de comunicação da Prefeitura, garantindo transparência e participação social.

§3º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatá, 01 de setembro de 2025.

foselma Seares da Silva Indo Joselma Soares da Silva Melo Secretária Municipal de Educação



PORTARIA Nº 771/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.934/2024, que estabelece a prorrogação do Plano Nacional de Educação, até 31 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

- **Art. 1º** A prorrogação do Plano Nacional de Educação implica na necessidade de prorrogar também o Plano Municipal da Educação, garantindo assim a continuidade das políticas públicas educacionais e o alcance das metas estabelecidas.
- **Art. 2º** Prorrogar o Plano Municipal da Educação, estabelecido pela Lei Municipal nº 3651/2014, por um período de 12 meses, a contar da data de publicação desta Portaria.
- **Art. 3º** A prorrogação do Plano Municipal da Educação tem como objetivo garantir a continuidade das políticas públicas educacionais e o alcance das metas estabelecidas para o período de vigência do Plano Nacional de Educação.
- **Art. 4º** A Secretaria Municipal de Educação deverá tomar as medidas necessárias para garantir a implementação das ações e metas previstas no Plano Municipal da Educação durante o período de prorrogação.
- Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Joaquim Didier, 30 de dezembro de 2024.

Joselito Gomes da Silva Prefeito do Município de Gravatá

Rua Tenente Cleto Campelo, 268, Centro, Gravatá/PE – CEP: 55641-901

Rua Tenente Tel. (81) 3563-9059 s. www.gravata.pe.gov.br CEP: 55641-901

Tel.: (81) 3299.18 CNPI: 11.049.830/0001-20

Email gabinete@gravata.pe.gov.br







Ofício nº 1769/2025 - SME

Gravatá, 11 julho de 2025.

Ilustríssimo Senhor, José David de A. Ferreira Controlador Geral do Município de Gravatá

Assunto: Resposta ao Ofício 569/2025 - CGM - Plano Municipal de Educação 2024-2033

Cumprimentando cordialmente, sirvo-me do presente para reiterar as informações prestadas a essa Controladoria através do Ofício nº 0567/2025 – SME referente ao Plano Municipal de Educação para o decênio 2024 - 2033.

Tendo em vista que a elaboração do Plano Municipal de Educação [PME] está condicionado a aprovação do Plano Nacional de Educação [PNE] para o decênio 2024-2033, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, informamos que estamos aguardando a aprovação do referido instrumento legal a fim de que possamos instalar o processo de elaboração de nosso Plano Municipal de Educação.

Ressaltamos, porém, que o atual Plano Municipal de Educação [PME/2014-2024] encontra-se vigente, amparado pelo que está expresso na Lei Federal nº 14.934/24, que estende sua validade até 31 de dezembro de 2025.

Por fim, destacamos que o município permanece comprometido com a melhoria da qualidade da educação e com o cumprimento das metas educacionais nacionais, respeitando os prazos legais estabelecidos e o regime de colaboração constitucionalemnte estabelecido entre União, Estados e Municípios.

Atenciosamente,



Joselma Soares da Silva Melo Secretária Municipal de Educação